

**SCHOOL CULTURE AND CONSIDERATIONS FOR BETTER LINKING POSSIBLE
FORMATION IN HUMAN*****CULTURA E ESCOLA CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA MAIOR VINCULAÇÃO POSSÍVEL
NA FORMAÇÃO DO HOMEM**

Fernando Luiz Firmino da Silva¹

ABSTRACT

This article aims an analytical reflection on culture, school and construction of the human, where culture is the reality created by man, both material and immaterial. We focus on analyzing the formation and transformation of culture, education, ideology, personality, values. We address the power relationship between rulers and ruled and we show that dominant social classes and school use culture as a tool for their interests. The article points to break prejudices indicating a release by the acquisition of a critical consciousness. This is a literature where the final outcome is an idea that suggests a different course from the conventional to the formation of man.

KEY-WORDS: Culture; Education; Critical consciousness.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo uma reflexão analítica sobre cultura, escola e construção do ser humano, em que a cultura é a realidade criada pelo homem, tanto material como imaterial. Enfocamos na análise a formação e transformação da sua cultura, educação, ideologia, personalidade e valores, abordamos a relação de poder entre dominantes e dominados e evidenciamos que classes sociais dominantes usam a cultura e a escola como instrumento de seus interesses. O artigo aponta para a quebra de preconceitos, indicando uma libertação pela aquisição de uma consciência crítica. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, na qual seu resultado final é uma ideia que sugere um rumo diferente do convencional para a formação do homem.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura; Educação; Consciência crítica.

¹ Mestre em Gestão Pública pela UFPE (Recife, PE/Brasil). Psicopedagogo pela UPE (Recife, PE/Brasil). Email: fernandolfs@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo primordial fazer uma reflexão analítica sobre cultura, escola, formação do ser humano, a relação existente entre eles e a aquisição de uma consciência capaz de perceber melhor a realidade.

Apesar de ser amplo o assunto – cultura –, propomo-nos dar uma visão panorâmica de certas relações existentes entre dominantes e dominados, tocamos também no assunto preconceito dentro da cultura e propõe um uso prático/educacional para a cultura de modo que a realidade cultural possa servir como instrumento de melhora da própria realidade, transformando a si mesma, promovendo desenvolvimento social, instigando a cognição, ou seja, promovendo o desenvolvimento de uma maior capacidade de aprender.

O tema foi escolhido devido a sua importância, uma vez que, atualmente, há a necessidade de dar um maior significado ao que se ensina, para que a escola não fique à margem da realidade como se fora um mundo à parte, incapaz de acompanhar o mundo real fora de seus muros. A cultura da escola não é a mesma cultura de fora da escola, a realidade da escola não é a mesma realidade cultural produzida fora de seus domínios, resultando em uma escola que não consegue acompanhar a rapidez com que o mundo se transforma. Será possível vincular esses dois mundos?

Nossa pesquisa bibliográfica ambiciona demonstrar de que formas podemos vincular a escola e realidade externa, se utilizando deste mesmo mundo cultural exterior para vencer preconceitos e dificuldades cognitivas as mais diversas, fazendo acontecer desenvolvimento social.

Buscar nos livros, nos artigos e noutras referências a base para novas ideias e ideais é perpetuar o aumento da capacidade de criar novos modos de ver e entender o mundo, desejando a melhoria da qualidade da sociedade que fazemos parte e colocando em prática um método relativamente simples e prático de se construir um futuro baseado em experiências já vivenciadas.

2. ESCOLA, CULTURA E FORMAÇÃO DO HOMEM

Todo esforço para a melhoria do significado dos conteúdos em nossas escolas é louvável. Atividades práticas e culturais preencheriam de significado muitos conteúdos didáticos, pois muito do que se é ensinado carece de sentido e muitos alunos não identificam a utilidade de tais assuntos ensinados. Na vida cotidiana, o que se está aprendendo e dando maior importância à prática haveria, de certo modo, uma maior facilidade em se construir o próprio destino, pois “a atividade prática decide o destino do homem” (WOJNAR, 2010, p. 30).

Tais práticas baseadas em um saber plural, democrático, livre de preconceito e coletivo deveriam ser o foco da atuação estatal em prol de uma educação de qualidade. Fonseca (2005) complementa essa ideia e diz que “para Mario de Andrade a atuação do Estado na área da cultura deveria ter como finalidade principal a coletivação do saber, daí sua preocupação, e mesmo seu envolvimento, com a questão educacional” (FONSECA APUD RODRIGUES, 2006, p. 5). Vemos, através do que foi mencionado, a existência de uma separação entre cultura e a questão educacional, em que o Estado não está preocupado com a coletivação do saber.

Dessa forma, convém sabermos o que vem a ser cultura: “Um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (TYLER APUD CANEDO, 2009, p. 4); complementando o conceito, tomamos parte do que Claude Lévi-Strauss defende, ao dizer que a cultura é uma criação acumulativa da mente; na mesma senda, Jaques Turgot que admite que o homem pode criar, reter e transmitir aos descendentes esse tesouro de signos (LARAIA, 2008).

Assim, podemos dizer que cultura é a realidade imaterial criada pelo homem, como também a realidade material advinda de suas ideias, bem vistas principalmente por meio da arte.

A cultura, por meio do seu patrimônio material e imaterial, conforme o entendimento de Mário de Andrade pode atuar como forma de educação.

Nada mais atual do que se pretender educar o povo por meio da difusão da cultura, educação não somente formal, que também politiza o indivíduo, formando a consciência de sua história, para, dessa forma, dela participar ativamente. No dizer do próprio Mário de Andrade, defender o patrimônio histórico e artístico é forma de alfabetização (RODRIGUES, 2006, p. 6)

Nesses termos, a cultura se transforma em um poderoso instrumento de construção dos indivíduos em cidadãos mais conscientes, pois aumenta a sua capacidade de reflexão.

A educação está enraizada na cultura, nacional e universal, considerada como “reino do homem” (*regnum homini*), ou seja, a realidade na qual o homem se torna humano. Ela é, portanto, inseparável dos valores segundo os quais o homem realiza suas atividades na natureza, nas relações com os outros e consigo mesmo (WOJNAR, 2010, p. 20).

Dessa forma, a educação é “um processo pelo qual o indivíduo alcança sua plena realização ao executar tarefas cada vez mais difíceis e complexas, atingindo suas capacidades mais recônditas e latentes”, (WOJNAR, 2010, p. 21) indispensável à formação da cultura do homem. Assim, dizer que a educação está na cultura e a cultura está na educação é uma tautologia existente entre educação e cultura. Podemos afirmar também que “a educação é um fato existencial. Refere-se ao modo como por si mesmo e pelas ações exteriores que sofre o homem *se faz ser homem*” (PINTO, 1994, p. 30)

Nas relações e transformações do homem na sociedade, observamos a impossibilidade de se separar total e concretamente cultura e escola; só podemos separá-las analiticamente para melhor compreensão, pois “a educação pertence ao campo cultural por ser o processo *produtor* e transmissor da cultura” (PINTO, 1994, p. 36). Entretanto vemos um distanciamento da cultura produzida na escola e a exigida pela sociedade produtora, melhor dizendo, o mundo técnico produtor.

A educação e a cultura formam o homem. Para avaliar o desempenho da educação, segundo Pinto (1994, p. 22), deve-se avaliar observando a transformação que a educação imprime à consciência do aluno e não apenas com dados estatísticos, com métodos e técnicas, etc., como se costuma fazer.

Na formação do homem, a educação não é neutra, politicamente falando, pois o homem que a faz, tem os seus interesses. Assim, podemos dizer que “a educação é um instrumento nas mãos das classes dominantes que determina o seu caráter de acordo com os interesses de classe, assim como o âmbito que engloba o ensino para a sua própria classe e para as classes oprimidas” (WOJNAR, 2010, p. 60).

Porém, apesar dos interesses, ou baseados neles, “a escola cumpre muito precária e limitadamente uma de suas funções principais, que é a de formar cidadãos como uma base cultural comum, e onde o hábito de consumo de bens culturais é incrivelmente restrito” (FONSECA, 2005, p. 43) A precariedade de fazer a sua primordial função mostra a necessidade de unir mais a acelerada cultura de produção moderna à escola.

Assim, utilizar o patrimônio cultural como instrumento nas atividades educacionais para desenvolvimento da aprendizagem e construção de valor é uma estratégia plausível, seria fonte motivadora e fixadora de determinados conteúdos para a melhoria da formação das massas, aumentando assim o consumo de bens culturais. Canedo (2009), afirma que a cultura pode assumir o papel de fator de desenvolvimento social, sendo utilizada como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos e até funcionar como apoio no desenvolvimento cognitivo de portadores de necessidades especiais, como também exercer um papel na formação política e social dos indivíduos.

O Estado, através de suas instituições, em especial, a escola, precisa urgentemente repensar a sua atuação junto à sociedade para oferecer aos cidadãos uma aprendizagem de qualidade para que os mesmos possam ter novos valores de modo a terem consciência da importância da preservação dos bens culturais, materiais e imateriais, construindo assim, com esses valores, sua identidade, tendo então força para usufruir dos seus direitos com plenitude.

É necessário eliminar as barreiras educacionais e materiais que impedem a maioria da população de ter acesso aos bens culturais que são monopolizados pelas classes dominantes; [...] é importante preservar e difundir a produção cultural que é própria das classes populares, garantindo seu acesso a instrumentos que facilitem essa produção e permitam sua conservação e transmissão (FONSECA, 2005, p. 49)

A escola, por meio da disseminação do conhecimento na sua missão de formar o cidadão com uma base cultural comum, pode ser fonte harmonizadora dentro da sociedade, integrando, por assim dizer, seus alunos-cidadãos, e favorecendo a formação de uma cultura pertencente a todos da instituição e da sociedade como um todo, evitando a discriminação, o preconceito. Assim, a escola precisa cumprir o seu papel esclarecedor e desconstruir o preconceito, construindo novos conceitos onde possamos conviver com a diversidade de culturas numa igualdade solidária, harmoniosa.

O homem está também em constante mudança, em uma contínua aprendizagem, fazendo cultura e incorporando a si cultura. Cabe à escola agir como formadora de uma que minimize os conflitos, os choques e os preconceitos, empregando a sua tecnologia para incrementar uma maior eficácia em sua missão de formar cidadãos solidários.

As instituições culturais são, de certo modo, capazes de construir a cidadania. Dentre as primeiras instituições culturais do Brasil estão a Biblioteca Nacional, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a Escola de Comércio, a Academia de Belas Artes, o Museu Nacional, a imprensa livre, e outros (CARVALHO, 2009, p. 21), que demonstram, com as suas criações, que, desde 1808, com a chegada da família real ao Brasil, havia a preocupação dos governantes com a questão da expansão do conhecimento. A escola e outras instituições sociais ligadas ao conhecimento, à história e à comunicação já influenciavam a formação dos indivíduos na sociedade, daí a sua importância para o desenvolvimento do conjunto dos cidadãos até hoje.

A “apropriação do passado [...] como instrumento para educar a população [...]” (CARVALHO, 2009, p. 22) deve ser considerada como arma para se combater a ignorância e por isso carece ser utilizada pela escola de modo mais efetivo. Poder-se-ia considerar então, a apropriação do passado como uma forma de uso de uma tecnologia voltada para o desenvolvimento educacional.

De acordo com Piaget, “o conhecimento é fruto de um processo de construção contínua que ocorre indefinidamente ao longo da vida, na ação pessoal, em cada realidade, oportunidade, contexto social, cultural e econômico” (PIAGET, 1973 APUD AGUIAR, 1997, p. 20). Assim, podemos concluir que o conhecimento é um dos elementos que constitui o homem através da educação.

A escola, com sua função de formar o cidadão, não pode prescindir das artes, da ciência e da tecnologia em seu sentido teórico e prático, pois “as artes, a ciência e a tecnologia pertencem ao homem, além de expressá-lo e formá-lo; portanto, deveriam constituir a base de sua formação. Ao tratar-se da formação integral da personalidade” (SUCHODOLSKI, 1976 APUD WOJNAR, 2010, p. 23).

Vimos então que a função da escola é formar o cidadão, sua personalidade e sua consciência crítica. Destarte, Álvaro Vieira Pinto (1994) afirma que é preciso que haja uma modificação da consciência do aluno e que simultaneamente a consciência do educador também seja modificada. Para compreendermos melhor, convém definirmos o que vem a ser consciência crítica:

É a representação mental do mundo exterior e de si, acompanhada da clara percepção dos condicionamentos objetivos que a fazem ter tal representação. [...] objetividade como origem de seu modo de ser. [...] implica compreender que o mundo objetivo é uma totalidade dentro da qual se está inserida. Refere-se a si mesma necessariamente no espaço e tempo em que vive. Está ligada ao mundo objetivo que é um processo e reflete em si estas objetividades (PINTO, 1994, p. 60).

Diante de tais considerações, “a escola é um ambiente e ao mesmo tempo, um processo. E como tal precisa ser entendida dinamicamente” (PINTO, 1994, p. 25). Assim, o dinamismo da escola acontece entre os homens, na formação de sua cultura.

Refletir sobre cultura e escola é também refletir sobre a construção do ser humano enquanto pessoa/cidadão formadora da sociedade e propulsora do futuro. Suchodolski (1976 APUD WOJNAR, 2010) menciona a cultura como fator de desenvolvimento da personalidade da nação e do indivíduo.

Quando se descobre os sentidos e os significados reais das coisas e sistemas, está desvelando o mundo e utilizando a consciência crítica. O que geralmente se vê na escola é uma leitura de mundo pobre de interpretação e discussão e assim forma deficitariamente seus alunos. Quando não se têm consciência crítica, há dificuldades em ver a realidade, os interesses – os mais diversos –, os valores das pessoas e das coisas, a realidade do ser humano.

A consciência crítica de um povo pode melhor formar sua identidade, pois enxerga melhor a si mesmo, as significações que há na sociedade. As significações e valores formam a identidade de um povo. Conforme a leitura dos bens patrimoniais, materiais e imateriais, o povo os legitimará, como seus bens culturais. Assim, “esses bens serão tanto mais nacionais quanto maior for o número de pessoas que os identifique como patrimônio” (FONSECA, 2005, p. 44). O consenso do povo quanto a um bem patrimonial, “não significará que todos fazem a mesma leitura do bem” (FONSECA, 2005, p. 44). Notamos assim que o poder que emana do povo dá legitimidade ao patrimônio fazendo-o ser patrimônio nacional, de acordo com a quantidade de pessoas que o legitima.

A cultura, quando cooptada por uma classe, funciona como importante instrumento político, fundamental na construção ideológica do regime, conforme Carvalho (2009), e funciona como um instrumento de dominação, refletindo os interesses das elites, demonstração de força e experiência vitoriosa de uma classe.

Assim, “não se verifica o acesso da sociedade à cultura. A maioria da população continua alijada das atividades culturais e apenas uma parte da intelectualidade tem algum acesso às decisões dos órgãos públicos” (CARVALHO, 2009, p. 24). É o que ainda está em vigor. Possibilitar ao povo o acesso à cultura, através da escola, se faz necessário para agilizar assim o processo de desenvolvimento social.

As atividades culturais de qualidade, que induzem a pensar, a refletir, a ver o mundo de uma forma diferente, crítica e real é geralmente de acesso restrito àqueles que têm uma melhor condição financeira, ou seja, de um modo geral, aos detentores do capital, pois “aos detentores do capital econômico estava franqueada a possibilidade de conquistar posições de poder no campo da cultura” (BOURDIEU, 2000 APUD CARVALHO, 2009, p. 27).

Assim, vemos que:

O poder é de fato exercido pelas empresas que deliberam sobre os usos dos recursos como se fossem seus. É dos detentores do capital econômico que vai caber definir as regras do jogo e apontar a condução da política para a cultura do Brasil. Os agentes

disputam para impor a sua visão de mundo (CARVALHO, 2009, p. 27).

Então, a grande maioria da população recebe a cultura que eles (os interessados) querem conforme a lógica do mundo dos negócios, ou seja, uma cultura moldada conforme os interesses dos financiadores.

Segundo Carvalho (2009, p. 29), o Estado pressiona para moldar a tradição visando promover o desenvolvimento da economia regional fazendo com que organizações culturais ficassem subordinadas à lógica do mercado. Diante de tal infiltração:

O conhecimento das regras do jogo permite àqueles que as conhecem, ou tem poder de defini-las, posicionar-se de forma dominante. Utilizando estratégias de conservação, dominam tanto o discurso ideológico como a representação do mundo social e assim mantém intacto o capital acumulado. Os dominados não jogam o jogo, reproduzem-no (CARVALHO, 2009, p. 29-30).

Convém ver a escola como agente de capacitação de seus alunos para conhecer as regras do jogo, para poder, um dia, defini-las de forma mais justa e igualitária.

Ainda segundo o autor, há modos diferentes de os novatos se comportarem diante da disputa de posições dentro do jogo: se conformam a posições dadas pelos dominantes ou podem adotar estratégias de subversão numa ação de confronto.

Assim, se os cidadãos têm a capacidade de discernir satisfatoriamente a manipulação ideológica através da leitura dos bens patrimoniais com desvelamento da ideologia, vê que, conforme Fonseca (2005), seu processo de relação de bens tidos como importantes é excludente e privilegia os monumentos identificados como cultura dominante.

O papel da escola é formar cidadãos não alienados, ou seja, cidadãos que sabem ler e identificar as ideologias, cidadãos com uma sólida base cultural. Visando a perpetuação do poder através da seleção dos bens patrimoniais “determinados intelectuais, em nome do Estado, concebem a identidade nacional” (FONSECA, 2005, p.45), ou seja, conforme uma elite excludente, escolhem o que vai se configurar como

identidade nacional através do patrimônio. Dessa forma, o ato de tombamento não é delimitado pelo povo, a elite intelectual o determina.

A cultura formal dos bens tombados é de difícil recepção para os grupos sociais culturalmente desfavorecidos, essa apropriação é de difícil acesso por causa da educação formal que não forma os cidadãos com uma base cultural comum, destarte, carecem de mais informações e experiências para que possam consumir e entender os códigos de leitura dos bens patrimoniais, dizendo com outras palavras, o que Roger Chartier (1995 APUD FONSECA, 2005) nos fala em sua abordagem sobre complexidade do processo de recepção e usos diferenciados dos bens patrimoniais. A carência de informação, ou melhor, de conhecimento de qualidade e experiências forma, de um modo geral, o não entendimento do mundo real.

A recepção e o acesso à cultura para as classes menos favorecidas não é fácil, pois falta informação, experiência e condições materiais para isso. Necessitamos de uma política cultural melhor, pois, como vimos, bens culturais são, de certa forma, monopolizados pelas classes dominantes.

Assim, convém definirmos o que vem a ser política cultural: “é um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições e os grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social” (CANCLINI, 1997 APUD FONSECA, 2005, p. 50). A política não deve ser apenas cultural, precisa, antes de tudo, ser democrática.

A formação de uma política cultural democrática (atributo que tanto os liberais quanto os socialistas defendem em suas propostas) implica uma atuação necessariamente mais ativa e abrangente do Estado. Trata-se não só de defender determinados valores, como de criar condições para implementá-los numa sociedade onde os direitos mínimos da cidadania, na política, são exercidos por poucos (FONSECA, 2005, p. 47).

O desenvolvimento dos indivíduos depende primordialmente das condições que lhes são oferecidas, seu crescimento cultural depende da criação de uma consciência que valorize seus bens materiais e imateriais comuns.

“Decidimos também considerar cultura como direito do cidadão, o direito de ter acesso aos bens culturais, o direito de produzir cultura, e o direito de participar das

decisões na política cultural” (CHAUÍ 1981 APUD FONSECA, 2005, p. 50). Conforme foi dito, temos direito a ter um patrimônio cultural, material e imaterial; eles constituirão o cidadão através de valores incorporados adquiridos pela afetividade dada aos objetos materiais e imateriais, mesmo que seja pela escolha de tombamento feita por indivíduos que têm o poder: intelectuais que indicam os bens de importância cultural e os políticos que os efetivam através das instituições. Convém ressaltar que não somente certos indivíduos indicam os objetos patrimoniais, instituições também o fazem, “a UNESCO determina patrimônio não-físico ou imaterial – lendas, contos, festas, e, mais recentemente, fazeres e saberes os mais diversos” (FONSECA, 2005, p. 41).

Os fazeres e saberes dos indivíduos, o que ele aprendeu ao longo do tempo, constituem a sua cultura individual, seu patrimônio individual imaterial, seus valores, suas crenças, suas lendas, contos, festas, além de toda a sua complexidade enquanto ser humano, em outras palavras, determinam o homem. É por meio dessa perspectiva que o homem vê o mundo em que está inserido. “A cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (LARAIA, 2008, p. 67) e o constitui e o modifica e nesse processo, simultaneamente, vai modificando a si mesmo criando a realidade do homem.

Conforme Suchodolski (1976 APUD WOJNAR, 2010, p. 14), a cultura impregna todos os aspectos da vida, expressando-se por meio dos valores criados e pelas atividades do homem. No mundo e na escola adquirimos valores.

A nossa herança cultural, desenvolvida através de inúmeras gerações, sempre nos condicionou a reagir depreciativamente em relação ao comportamento daqueles que agem fora dos padrões aceitos pela maioria da comunidade. Por isso, discriminamos o comportamento desviante (LARAIA, 2008, p. 67).

A nossa herança cultural é construída dentro da sociedade.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura (LARAIA, 2008, p. 68).

A construção positiva de um cidadão passa também pela herança cultural adquirida na escola, daí sua importância como formadora de opiniões e comportamentos.

O fato de que o homem vê o mundo através de sua cultura tem como consequência a propensão em considerar o seu modo de vida como o mais correto e mais natural. Tal tendência, denominada etnocentrismo, é responsável em seus casos mais extremos pela ocorrência de numerosos conflitos sociais (LARAIA, 2008, p. 72-73).

As instituições de ensino podem intervir na construção da visão de mundo, fazendo com que haja a queda dos preconceitos e o desvelamento de uma nova realidade, solidária. Uma visão de mundo onde os “diferentes” possam conviver e se ajudar.

“O etnocentrismo, de fato é um fenômeno universal. É comum a crença de que a própria sociedade é o centro da humanidade, ou mesmo a sua única expressão” (LARAIA, 2008, p. 73). Combater o etnocentrismo e estabelecer a solidariedade e a emancipação pela formação educacional de qualidade é um ideal bom a ser perseguido na sociedade. A educação pode favorecer, e muito, tal empreitada, pois pode mostrar que há outros indivíduos tão humanos quanto nós, que apenas vivem de um modo diferente, nas cidades, nas favelas, noutros países, etc.

Embora saibamos que “é comum assim a crença do povo eleito, predestinado por seres sobrenaturais para ser superior aos demais. Tais crenças contêm o germe do racismo, da intolerância, e frequentemente, são utilizadas para justificar a violência praticada contra os outros” (LARAIA, 2008, p.73).

Creemos que também é função da escola e da educação fornecer uma cultura que harmonize os seres humanos de modo a serem capazes de conviver com as diferenças que há entre eles, considerando que “Cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos” (LARAIA, 2008, p. 101).

Rodrigues (2006, p. 9) também afirma que a difusão do conceito de cidadania trazia como consequência a construção de um conceito de cultura com um caráter mais popular. Mesmo com a aquisição de uma cultura com caráter mais popular, vemos que:

O levantamento sobre a origem social do monumento tombado, indica tratar-se de: a) monumento vinculado à experiência vitoriosa da etnia branca; b) monumento vinculado à experiência vitoriosa da religião católica; c) monumento vinculado à experiência vitoriosa do Estado (palácios, fortes, fóruns, etc.) e na sociedade (sedes de grandes fazendas, sobrados urbanos, etc.) da elite política e econômica do país (RODRIGUES, 2006, p. 10).

Nota-se, então, um preconceito arraigado e uma demonstração de poder pois Rodrigues (2006, p. 10) cita que na lista de imóveis tombados pelo SPHAN, desde a sua criação até os anos 1980, não se encontra nenhuma senzala, quilombo, terreiro de macumba, centro de dança africana, entre outras demonstrações de movimentos de etnias minoritárias, o que consagra o ponto de vista de Falcão, mencionado anteriormente, como inteiramente verdadeiro.

As discriminações e as separações de um grupo de indivíduos e a marginalização, como vimos acima, não convêm, de forma alguma. Como forma de se construir uma sociedade mais justa e igualitária, precisamos de “uma concepção abrangente de todas as expressões simbólicas da memória coletiva, constitutivas da identidade de um lugar, uma região e uma comunidade” (RODRIGUES, 2006, p. 12) para que as relações dos indivíduos sejam fortalecidas e as suas identidades preservadas e a sociedade enriquecida de multiplicidades de expressões, ou seja, “um todo orgânico, cuja unidade expressa a identidade do país e cuja significação é tanto maior quanto o sentimento do povo em relação a sua cidadania” (RODRIGUES, 2006, p. 12). Assim, o povo se funde com o patrimônio formando a identidade nacional.

Nesse contexto, a escola deve entrar como um fator preponderante na construção da cidadania, promovendo a alfabetização cultural. As viagens pedagógicas de visita aos patrimônios históricos e artísticos são importantes meios de se alfabetizar culturalmente os alunos e de fixar de modo eficaz conteúdos vistos na sala de aula, formando o cidadão consciente da realidade da sua existência.

Segundo Carvalho (2009), a construção da cidadania serve para desenvolver a participação ativa e consciente da sociedade na solução de seus problemas através de ações que representam as interpretações de mundo e de seu cotidiano.

Assim, vemos a necessidade de se fomentar sempre a criação e a transmissão de uma cultura de melhor qualidade nas escolas, de modo a promoverem ainda mais o homem provendo-o de uma consciência crítica.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica para alcançarmos o nosso objetivo de analisar a vinculação entre escola e cultura para a formação do homem. De acordo com Traina e Traina Jr. (2009), a pesquisa bibliográfica oferece condições para a análise, interpretação e reflexão baseadas nas referências, por conta da leitura e fichamento sistemáticos, impulsionando o aprendizado e amadurecimento na área de estudo, fazendo parte do cotidiano de todos os estudantes e pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para haver uma maior vinculação entre escola e cultura, e objetivando a formação do homem, como nos mostra este artigo, é imprescindível a atuação do Estado e das políticas públicas culturais que visem a melhoria da intelectualidade do homem e tenha como alvo a utilização do patrimônio material e imaterial para fomentar a sua aprendizagem, formando um cidadão mais solidário, mais tolerante quanto as diferenças, mais conscientes de seus direitos e deveres, capaz de compreender melhor o mundo em que está inserido.

Vemos que é possível utilizar a cultura como meio de se instigar a cognição, potencializando a capacidade de aprender e que há a possibilidade de melhorar a qualidade do ensino e da formação do homem utilizando a cultura como meio de se conseguir tal objetivo.

Utilizar a cultura, em especial, a arte para se ensinar, realizando e construindo novas ideias e ideais é uma proposta relativamente simples e bastante significativa, um pouco diferente do convencional vivido hoje nas escolas, e que aumenta a utilidade do nosso patrimônio cultural servindo de alternativa para a construção de uma sociedade

melhor, mais igualitária, solidária, mais compreensiva, em que aprender seja uma atividade altamente prazerosa e significativa, difícil de se esquecer.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Eliane Vigneron Barreto. As novas tecnologias e o ensino aprendizagem. **Vértices**, Campos dos Goytacazes (RJ), v. 10, n. 1/3 jan./dez. 2008.

CANEDO, Daniele. Cultura é o quê? – Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. V ENECULT – Encontro de estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009. **Anais...** Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso: 20 set. 2012.

CARVALHO, Cristina Amélia Pereira de. O Estado e a participação conquistada no campo das políticas públicas para a cultura no Brasil. In: CALABRE, Lia. **Políticas culturais, reflexões e ações**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 22. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. **Patrimônio Cultural: da memória ao sentido de lugar**. São Paulo: Roca, 2006.

TRAINA, Agma Juci Machado; TRAINA JR., Caetano. Como fazer uma pesquisa bibliográfica. **SBC Horizontes**, v. 2, n. 2, p. 30-35, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.univasf.edu.br/~ricardo.aramos/comoFazerPesquisasBibliograficas.pdf>>. Acesso: 21 set. 2012.

WOJNAR, Irena (Org.). **Bogdan Suchodolski**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

* Artigo submetido em 20 de julho de 2012 e aceito para publicação em 01 de setembro de 2012.